

## **A DICOTOMIA ENTRE EDUCAR E CUIDAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CRECHE INTEGRAL**

**Palloma Régia de Almeida Braga<sup>1</sup>, Izabella Silva Moreno<sup>2</sup>.**

**<sup>1</sup> Palloma Régia de Almeida Braga**

Graduanda em Pedagogia  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA- E-mail: pallomaregis94@hotmail.com

**<sup>2</sup> Izabella Silva Moreno**

Graduanda em Pedagogia  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA- E-mail: izabellasilva22@hotmail.com

### **RESUMO**

O presente artigo tem como escopo principal analisar se a concepção assistencialista historicamente construída acerca da creche ainda se faz presente nos dias atuais, enfatizando-se que este modelo prioriza somente cuidados básicos de guarda, alimentação, higiene e sono. A metodologia utilizada neste estudo foi à pesquisa de campo e bibliográfica. A pesquisa de campo foi realizada através da observação não participante da prática pedagógica, em uma turma de creche integral, de uma escola da rede pública municipal de São Luís- MA, e bibliográfica a partir de estudos das legislações e de autores que discutem sobre o tema, dentre eles: LDB (1996), Oliveira (1988), Freire (1983) e Arce (2001). A pesquisa apontou a necessidade de desmitificar velhas concepções de que a creche não educa e não possui atividades significativas, desconsiderando que a criança é um ser que pensa.

**Palavras-Chave:** Creche. Educar. Cuidar.

### **1 INTRODUÇÃO**

Integrando a Educação Infantil, a creche tem uma visão de que esta não educa e não possui atividades significativas, sendo a criança vista como um ser “incapaz” de produzir, planejar, avaliar, como para pensar os demais momentos do processo de aprendizagem, uma vez que se constitui sujeito da educação. Nesse sentido, o presente artigo tem como escopo evidenciar a concepção histórica construída acerca da creche e que se faz ainda presente nos dias atuais, enfatizando-se o modelo assistencialista que prioriza somente cuidados básicos de guarda, alimentação, higiene e sono e que deve ser desmitificada, afastando-se as velhas concepções de que a creche não educa e não possui atividades significativas, desconsiderando que a criança é um ser que pensa.

Nesse sentido, o presente artigo tem como escopo evidenciar a concepção histórica construída acerca da creche e que se faz ainda presente nos dias atuais, enfatizando-se o modelo assistencialista que prioriza somente cuidados básicos de guarda, alimentação, higiene e sono e que

deve ser desmitificada, afastando-se as velhas concepções de que a creche não educa e não possui atividades significativas, desconsiderando que a criança é um ser que pensa.

Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo foi à pesquisa de campo e bibliográfica. A pesquisa de campo foi realizada através da observação participante da prática pedagógica para reflexão acerca de uma problematização, em uma turma de creche integral de uma escola da rede pública municipal de São Luís-MA e bibliográfica a partir de legislações, autores sobre o tema, dentre eles: LDB (1996), Oliveira (1988), Freire (1983) e Arce (2001).

## 2 HISTÓRICO DA CRECHE

Para compreender como o papel da creche foi modificando-se ao longo dos tempos é necessário apreender suas raízes históricas. Abramowicz (1995, p.09) relata que “a palavra creche, de origem francesa, significa "manjedoura" e foi utilizada para designar a primeira instituição criada há mais de duzentos anos, pelo Padre Oberlin na França, para guardar e abrigar crianças pequenas”.

Durante a Revolução Industrial e com o crescimento da produção agrária, a mão de obra masculina tornou-se escassa, dando oportunidade para que as mulheres fossem contratadas para o serviço, porém, estas necessitavam da ajuda de outras mulheres que não optavam por esse tipo de trabalho. Com a crescente demanda de mulheres no setor industrial, surge a necessidade de criar-se um novo *locus* para o cuidado dos filhos das mães trabalhadoras. A partir dessa necessidade nasce a creche de caráter assistencialista, onde a criança começa a ser pensada como alguém que necessita de cuidados, que até então só eram realizados pela parte materna.

Conforme Oliveira (1988), o número de creches cresceu na década de 70 e estas começaram a ser sustentadas por entidades particulares para crianças de classe média, em geral, filhos de profissionais liberais e que defendiam a creche como instituição educativa voltada para o aspecto cognitivo, emocional e social da criança. A autora relata ainda que as reivindicações por creches passam, da postura de aceitação do paternalismo estatal ou empresarial, para a creche como um direito do trabalhador e dever do estado.

Porém, segundo Rosemberg (1989) as conquistas conseguidas com a mobilização das mulheres nos anos 70 e 80 não foram suficientes para romper o estigma da creche, que passa a aparecer no plano legal, no final da década de 1980. Atualmente, a creche é reconhecida como um direito universal das crianças de zero a seis anos, integrando a Educação Infantil, que por sua vez faz parte da Educação Básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB nº 9394/96.

Portanto, as creches são incorporadas ao sistema de educação, junto com as pré-escolas e constituem a primeira etapa no processo de escolarização.

### **3 A MISTIFICAÇÃO DOS TERMOS: criança e docência**

A mistificação dos termos criança e docência repercutem no modelo assistencialista que predomina ainda hoje na maioria das instituições de Educação Infantil, mais precisamente nas creches.

Durante séculos a criança foi vista como um ser sem importância, quase invisível, passiva e só posteriormente passa a ser vista em todas as suas especificidades, com identidade pessoal, histórica e como ser social, deste modo, a criança que torna-se sujeito de um processo, passa a ter e a fazer história, mesmo mistificada e tratada diferentemente pela sociedade em diferentes momentos e lugares. Machado (2002, p. 27) salienta que:

[...] a criança é um ser social, o que significa dizer que seu desenvolvimento se dá entre outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados. Sendo assim, um pressuposto a ser assumido é a necessidade de explicar os fenômenos de natureza psicológica presentes nas interações humanas focando-os em sua gênese, estrutura, movimento e mudança, a partir de uma perspectiva histórica e dialética.

Conforme Tunes (2006), com a descoberta da infância nasceu também a preocupação com a educação infantil e como consequência, surgem às primeiras instituições destinadas ao atendimento específico para crianças pequenas, com o objetivo inicialmente, para o cuidado e a assistência. Em seguida, de uma perspectiva assistencialista transforma-se em uma proposta pedagógica de educar aliada ao cuidar, procurando atender a criança de forma integral, onde suas especificidades (psicológicas, emocional, cognitiva, física, etc.) devem ser respeitadas.

Analisando-se o termo docência que também tem influência na visão assistencialista predominante atualmente, destacando-se o mito da mulher mãe e educadora nata, onde basta ser mãe, mulher para se trabalhar com crianças. A formação profissional nem era mencionada, pois não cabia à mesma a tarefa de ensinar. Segundo Arce (2001, p.173):

A ambiguidade entre o doméstico e o científico chega até os dias de hoje em que, no cotidiano da educação infantil, predomina a utilização dos termos como “professorinha” ou “tia”, que configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar. [...] Essa fusão entre mãe e professora é sintetizada na bastante conhecida utilização do termo “tia”.

Para tanto, é necessário viabilizar um curso de formação inicial e continuada, onde é preciso, em primeiro lugar, a valorização da Educação Infantil como um local de desenvolvimento integral da criança, um espaço educativo, onde o cuidado e a educação são realmente inseparáveis. Outro fator importante é perceber os atores sociais que nela trabalham, como profissionais; nem mães, nem tias. Entretanto, tal clareza abrange reconhecerem-se possuidores de uma historicidade, ou seja, a mudança de padrão começa pelo olhar “para trás” e “para dentro”.

#### **4 DO “VELHO PARA O NOVO OU DO NOVO PARA O VELHO”?: relato de uma experiência**

Não pode-se negar que mesmo com todos os progressos em relação à legislação que hoje rege a política de educação infantil no país, existe um distanciamento significativo entre a prática legal e o que realmente permanece nas instituições infantis, mas especificamente nas creches. Dessa forma, buscamos com base nas observações realizadas em uma turma de creche integral de uma escola da rede pública municipal de São Luís (MA) fazer uma reflexão acerca da mistificação que ainda predominante nessas instituições, onde é possível perceber a permanência do velho olhar assistencialista, as quais são influenciados historicamente, tanto por parte dos profissionais que trabalham na área, quanto dos graduandos do curso de pedagogia, apesar do conhecimento que estes possuem a respeito.

Freire (1983) discorre que, deve-se trabalhar com a criança como ser capaz de aprender, ou seja, como sujeito que está no centro do processo de ensino/aprendizagem, pois sabe-se que as escolas, principalmente as de educação infantil possuem uma visão muito errônea de que a criança é um ser “incapaz” de produzir, planejar, avaliar, como para pensar os demais momentos do processo de aprendizagem e em vez de sujeito da educação, acabando por executar apenas tarefas que o professor produz.

Após a realização da observação participante da prática pedagógica, nota-se que a organização espacial desta não é adequada para acolher as crianças, pois é um espaço pequeno e antes de tornar-se uma instituição de educação infantil, a mesma era uma fábrica, portanto, não foi construída com este intuito. Segundo David e Weinstein (1987), os ambientes infantis devem estar direcionados para o desenvolvimento infantil, para a construção da identidade da criança, desenvolvimento de competências, da coordenação motora e oportunidades de contato com o outro.

Outro aspecto observado em uma roda de conversa com o diretor foi em relação ao termo “cuidadora”, ressaltando que, há uma luta para a desconstrução desse termo ainda presente na

instituição para nomear as profissionais que auxiliam as professoras na sala, salientando dessa forma a reflexão sobre as concepções de cuidar e educar. Além disso, o corpo docente da creche é somente constituído por mulheres, o que remete-nos ao Mito da Educadora Nata, onde Arce (2001, p.170) discorre que:

Trabalhando com essa concepção de mito, constatei, mediante os estudos, que a constituição histórica da imagem profissional de educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher com rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se necessariamente ao ambiente doméstico, sendo, assim, particularmente importante nos primeiros anos da infância.

A creche integral investigada reforça a dicotomia entre cuidar e educar, quando passam a dividir estes por turno, sendo o educar durante a manhã e o cuidar durante a tarde, sem nenhuma relação entre elas. No turno da tarde, percebeu-se durante o período da observação participante, a rotina constitui-se no banho, em seguida as professoras trocavam as roupas das crianças e estas sentavam-se em topete esperando o lanche, após o lanche elas voltavam para sala e esperavam dá 16hs para irem para casa.

Nesse sentido, é necessário refletir que as concepções que permeiam acerca da creche e a desmitificação para o conhecimento do seu verdadeiro papel são influenciados por diferentes fatores decorrentes de raízes históricas que são ainda sentidos e refletidos nos dias contemporâneos.

De acordo com Assunção (2003) dentre os aspectos que colaboram para essa mistificação da creche estão: a falta de capacitação dos professores, coordenadores, mau uso dos recursos, falta de integração entre escola, pais e a comunidade, ausência de construção de um projeto político-pedagógico ligado às necessidades da comunidade que usufrui dos serviços proporcionados pelas creches e de responsabilidades do próprio Estado.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo identificou que ainda existe um olhar assistencialista sob as creches, as quais são influenciadas historicamente, tanto por parte de pessoas que estão em processo de formação e outras que já são formadas. Com isso, não podemos negar que mesmo com todos os progressos em relação à legislação que hoje rege o país tem-se um distanciamento significativo

entre a prática legal e o que realmente permanece nas instituições infantis, mas especificamente nas creches.

A pesquisa apontou que para a creche ser um espaço educativo e de qualidade, as crianças têm que ser vistas como sujeitos sociais. Além da valorização da Educação Infantil como um local de desenvolvimento integral da criança, um espaço educativo, onde o cuidado e a educação são realmente inseparáveis.

Portanto, cuidar e educar tem um papel de extrema importância na creche, pois é por meio de ações em conjunto entre esses dois eixos que a criança poderá de forma mais dinâmica e criativa ter relações e associações mais concretas com o meio, objetos e coisas que estão a sua volta.

## 6. REFERÊNCIA

ABRAMOWICZ, Anete; WASKOP, G. **Creches:** atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995.

ARCE, A. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil.** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 113, p. 167-187, jul. 2001.

ASSUNÇÃO, Maristela Lopes Vicente Da. **Creche:** Assistencialização ou Educação? Um Estudo de Caso em Pires do Rio – GO. Revista Poiésis – Volume I, Número 1, pp.63-75, janeiro/dezembro 2003.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília: 1996.

David, T. G., & Weinstein, C. S. (1987). The built environment and children's development. In C. S. Weinstein & T. G. David (Orgs.), **Spaces for children:** The built environment and child development (pp. 3-18). New York: Plenum.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MACHADO, Maria Lúcia (Org.). **Educação Infantil em tempos da LDB.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **A creche no Brasil:** mapeamento de uma trajetória. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo: FE/USP, v. 14, p. 43-52, 1988.

ROSEMBERG, Fluvia (Org.). **Creches:** Temas em destaques. São Paulo: Cortez, 1989.



TUNES, Suzel. **Rumo à maturidade.** Revista Nova Escola, São Paulo, nº 09 (Edição especial) p.6, Editora Abril, abril 2006.